

CAPACITISMO NEOLIBERAL: impactos na inclusão social e educacional de pessoas com deficiência

Daniele Noal-Gai
Karla Fernanda Wunder da Silva

Resumo

Este ensaio explora como o capacitismo estrutural é sustentado por relações históricas com a eugenia e como políticas neoliberais reforçam práticas de exclusão. Foram analisados exemplos do desmonte de serviços públicos e suas consequências para a população adulta com deficiência e as pessoas usuárias de serviços de saúde mental. Do que foi observado, destaca-se o agravamento do isolamento e perda de direitos durante a pandemia de COVID-19, equívocos na avaliação pedagógica e no Plano Educacional Individualizado (PEI) das pessoas adultas com deficiência e o duplo estigma enfrentado por estudantes negros e com deficiência. Ressalta-se como resultado a compreensão de que a sociedade atual realiza a manutenção das barreiras estruturais que persistem, inviabilizando a inclusão social, a dignidade no cuidado de saúde e a educação inclusiva.

Palavras-chave: capacitismo; pessoa com deficiência; políticas neoliberais.

ABILITISM NEOLIBERAL: impacts on the social and educational inclusion of people with disabilities

Abstract

This article explores how structural ableism is sustained by historical relationships with eugenics and how neoliberal policies reinforce exclusionary practices. We analyze examples of the dismantling of public services and their consequences for adults with disabilities and users of mental health services. The worsening of isolation and loss of rights during the pandemic stands out, as well as the double stigma faced by Black students and those with disabilities, and the errors in pedagogical assessment and in the Individualized Educational Plan (PEI) for adults with disabilities. The result is the understanding that today's society maintains the structural barriers that persist, making social inclusion, dignity in health care and inclusive education unfeasible.

Keywords: ableism; person with disability; neoliberal policies.

CAPACITISMO NEOLIBERAL: impactos en la inclusión social y educativa de las personas con discapacidad

Resumen

Este artículo explora cómo el capacitismo estructural se sustenta en las relaciones históricas con la eugenesia y cómo las políticas neoliberales refuerzan las prácticas excluyentes. Analizamos ejemplos del desmantelamiento de los servicios públicos y sus consecuencias para las personas adultas con discapacidad y los usuarios de servicios de salud mental. Entre los aspectos más destacados se incluyen el agravamiento del aislamiento y la pérdida de derechos durante la pandemia, así como el doble estigma que enfrentan las personas negras y con discapacidad, y los errores en la evaluación pedagógica y el Plan Educativo Individualizado (PEI) para personas adultas con discapacidad. El resultado es la comprensión de que la

sociedad actual mantiene barreras estructurales persistentes que dificultan la inclusión social, la dignidad en la atención médica y la educación inclusiva.

Palabras clave: capacitismo; persona con discapacidad; políticas neoliberales.

UMA INTRODUÇÃO: CAPACITISMO E MÚLTIPLOS ESTIGMAS

O capacitismo é uma forma de discriminação estrutural que posiciona pessoas com deficiência como desvios de uma norma social que privilegia pessoas consideradas “funcionais”. Essa discriminação é reforçada por políticas neoliberais que responsabilizam as pessoas pela sua integração na sociedade, reduzindo a responsabilidade do Estado na promoção de condições equitativas de participação social. A existência das pessoas com deficiência é justificada por diagnósticos patologizantes, anulando nesta visão sua condição de ser conforme os múltiplos modos de existir. A pessoa não pode ser medida ou avaliada como: “bom ou ruim”, “capaz ou incapaz”, “funcional ou disfuncional” etc.

O modelo médico considera a deficiência como uma doença e acaba por culpar a pessoa por tê-la. Este mesmo modelo “tem por objetivo a medicalização das pessoas para que elas se aproximem o máximo possível da ideia de normalidade (corpos e mentes que são capazes de produzir maior lucro econômico para o sistema)” (Guerra, 2021, p. 12). Estes argumentos que provocam pensar são de Itxi Guerra, pesquisadora, escritora, mulher com deficiência, em seu manifesto intitulado “Luta contra o capacitismo: anarquismo e capacitismo”. Este texto problematiza a linha tênue entre o modelo social, o modelo médico de deficiência e outros modelos como o religioso e o eugênico. Trata-se de uma posição feminista e ponto analítico discutido ao longo dos estudos de diferentes pesquisadoras do campo de Estudos da deficiência, como Débora Diniz (2012, p. 60) também registrou em suas pesquisas neste campo:

A crítica feminista vem sendo extensa nos estudos sobre deficiência. Grande parte das feministas não discorda da tese de que as estruturas sociais oprimem o deficiente, em especial os deficientes mais vulneráveis. [...] Deve-se entender a crítica feminista como parte de um processo de revigoração e expansão do modelo social, e não como uma crítica externa e opositora. [...] Os argumentos feministas apresentam uma dupla face: por um lado, revigoram a tese social da deficiência e, por outro, acrescentam novos ingredientes ao enfrentamento político da questão. As perspectivas feministas desafiam tanto os teóricos do modelo social quanto os proponentes do modelo médico: ambos se confrontam com questões jamais discutidas no campo da deficiência. Há três pontos que resumem a força da argumentação feminista nos estudos sobre deficiência: 1) a crítica ao princípio da igualdade pela independência; 2) a emergência do corpo com lesões; 3) a discussão sobre o cuidado.

Percebe-se, então, que a patologização das pessoas com deficiência e, muitas vezes, a redução dessa experiência a uma tragédia pessoal, ainda predominam na sociedade brasileira. E que quando a condição da deficiência se cruza com outras condições os estigmas se somam, como: ser mulher, pessoa negra, pessoa desempregada, pessoa com sofrimentos psicossociais etc. A exclusão é notória e o capacitismo avança como uma onda que sobrepõe qualquer criticidade da sociedade, entendendo tudo e todos em uma mesma lógica.

Na escrita deste ensaio, utilizaremos uma metodologia qualitativa baseada em análise de discurso crítica e abordagem histórico-cultural. Os dados qualitativos serão organizados em tópicos

analíticos como “políticas capacitistas”, “impactos do desmonte” e “resistência inclusiva”, de forma a articular as narrativas documentadas às práticas sociais descritas. Além disso, referências sobre capacitismo e neoliberalismo serão mobilizadas para contextualizar os achados e fortalecer a argumentação. Os dados foram construídos a partir de diálogos organizados por um grupo de pesquisa de uma Universidade do Rio Grande do Sul, em artesanato com pessoas com deficiência, profissionais da educação e da saúde. Trata-se de uma escrita ensaística, que caracteriza o ensaio como prática, como uma analítica historicamente localizável no tempo.

Ao longo da pesquisa, percebeu-se que são reforçadas práticas e sustentados processos institucionais de exclusão. Existem práticas perpetradas na educação especial em relação com a saúde, sobretudo quando as classificações que partem da avaliação diagnóstica biomédica se equivocam ao tratar a deficiência sob uma lógica que despotencializa e exclui, com diagnósticos, nomenclaturas, prognósticos e sentidos que indicam: limitação, defeito, carência, insuficiência, imperfeição, descontrole, agressividade – sobretudo dos estudantes adultos com deficiência e pessoas adultas usuárias de serviços de saúde mental.

As premissas eugenistas e capacitistas permanecem ao longo do percurso da educação especial e são fortemente prevalentes nas instituições oriundas da iniciativa privada, organizações filantrópicas mantidas com o apoio financeiro do estado. A ideia de caridade incentiva uma visão das pessoas com deficiência como não pertencentes à posição de cidadãos de direitos, colocando-as à margem da sociedade, ou seja, o capacitismo compulsório, formou a subjetividade social e constituiu o que chamamos hoje de capacitismo estrutural (Scholz, 2021, p. 98).

A eugenia acompanhou as práticas biomédicas e consequentemente a educação especial se alicerçou nestas premissas, sobretudo nas avaliações diagnósticas patologizantes. Em contraposição a uma perspectiva excludente, propomos compreender o diagnóstico como um processo dinâmico, passível de ressignificação e atualização conforme as emergências da contemporaneidade, das pessoas, dos contextos, das culturas e das experiências. Nessa direção, importa reconhecer cada pessoa e trajetória, para, assim, valorizar as interações sociais e as condições de desenvolvimento que atravessam os diferentes modos de ser, aprender e existir.

Cabe definirmos o conceito de capacitismo para a partir dele realizar as relações a que nos propomos neste ensaio. Capacitismo se trata da discriminação e opressão contra as pessoas com alguma deficiência devido à sua deficiência. A partir dessa concepção, a deficiência é vista como algo a ser corrigido, sendo a área da saúde, através de intervenções médicas, a principal investidora na prática de correção, buscando normalizar a pessoa e adequá-la àquilo que a sociedade entende como normal, eficiente, produtivo e funcional. O conceito de capacitismo é usado para descrever a discriminação contra pessoas com deficiência, preconceitos advindos da noção de que pessoas com deficiência são inferiores às pessoas sem deficiência. O capacitismo pode ser compreendido como um sistema de opressão que desumaniza pessoas com deficiência enquanto exalta ideais de normalidade e produtividade.

HISTÓRICO DO CAPACITISMO NO BRASIL

Esse ensaio compreende que o capacitismo é estrutural no Brasil, por se tratar de um fenômeno que reflete o caráter excludente e desigual da sociedade brasileira, enraizado em um longo histórico de marginalização das pessoas com deficiência. No período colonial e imperial, a

deficiência era frequentemente associada à punição divina ou ao fracasso moral, uma perspectiva reforçada por interpretações religiosas predominantes na época. Tal visão perpetuava a segregação das pessoas com deficiência, que eram vistas como incapazes de desempenhar papéis sociais relevantes. Conforme apontado por Maia (2016), as práticas sociais e institucionais desse período fortaleceram a ideia de que corpos não normativos deveriam ser ocultados ou institucionalizados, uma lógica que perdurou até boa parte do século XX.

A negligência histórica também é evidente nas políticas públicas brasileiras. Até meados do século XX, pessoas com deficiência eram majoritariamente excluídas de processos educacionais e do mercado de trabalho, em grande parte pela ausência de leis que promovessem a inclusão. Somente após a Segunda Guerra Mundial, com os debates internacionais sobre direitos humanos e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD) da ONU, é que o Brasil começou a repensar suas abordagens. A redemocratização no final da década de 1980 trouxe os primeiros avanços significativos, com a Constituição de 1988, reconhecendo a dignidade e os direitos das pessoas com deficiência. Contudo, esses avanços iniciais enfrentaram barreiras significativas devido às desigualdades regionais e à falta de uma cultura de acessibilidade.

A promulgação da Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), amplamente influenciada pela CDPD, foi um marco na tentativa de romper com o capacitismo estrutural. Essa Lei, também conhecida através de sua sigla, a LBI, estabelece direitos fundamentais, como acesso à educação inclusiva, transporte adaptado e tecnologias assistivas, mas sua implementação enfrenta desafios profundos. Entendemos que o capacitismo anula a pessoa com deficiência, inviabiliza sua existência e realiza a manutenção da exclusão. O conceito de cidadão, pessoa de direito, pessoa coletiva, pessoa individual, exige-nos, em uma cultura inclusiva, ser fortalecido.

Para Nogueira e Miranda (2020), a resistência estrutural que advém do capacitismo enfraquece o movimento da inclusão se manifestando tanto na precariedade de políticas públicas quanto na persistência de preconceitos que limitam a participação das pessoas com deficiência em espaços sociais e no mercado de trabalho. Além disso, a falta de representação política e social das pessoas com deficiência contribuiu historicamente para a invisibilidade e silenciamento de suas demandas. As instituições negligenciaram historicamente as demandas desse grupo, afetando sua organização e reivindicações legítimas através de políticas públicas.

Na contemporaneidade brasileira permanece, sobretudo nas instituições de ensino e saúde, a incompreensão e invalidação da experiência da deficiência. É evidente os gestos capacitistas: “[...] compreender a experiência da deficiência como circunscrita ao corpo com impedimentos, acaba focando suas ações muito mais na busca pela adequação dos corpos e mentes do que para a construção de espaços voltados à promoção do acesso coletivo. [...] A patologização das pessoas com deficiência e, muitas vezes, a redução dessa experiência a uma tragédia pessoal, ainda predominam” (Gesser *et al.*, 2024, p. 02). Com o modelo social da deficiência, fica evidente que as exclusões resultam das barreiras sociais, e com ele se busca reforçar a equidade e a justiça social (Oliver, 1990).

AS POLÍTICAS PÚBLICAS E A EXCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

O desmonte de políticas públicas voltadas para pessoas com deficiência no Brasil tem agravado significativamente a exclusão e invisibilidade desse grupo na sociedade. Um dos últimos eventos que intensificou a exclusão foi a pandemia de COVID-19 (2020 a 2022 foi o período de maior agravamento da contaminação e mortes pelo Coronavírus), que tornou saliente que o

atendimento das pessoas com deficiência não é prioridade nas políticas públicas. Políticas públicas são essenciais para garantir direitos básicos, como acesso à educação, saúde, trabalho e transporte. Quando essas políticas são enfraquecidas ou descontinuadas, os efeitos recaem de maneira desproporcional sobre populações historicamente marginalizadas, como as pessoas com deficiência, aprofundando barreiras estruturais que dificultam a inclusão social.

A relação entre o desmonte dessas políticas e o aumento da exclusão está diretamente ligada ao papel do Estado como garantidor de direitos. As legislações que acolhem e orientam políticas públicas inclusivas exigem investimentos contínuos e compromisso político, fatores que têm sido prejudicados por cortes orçamentários e reformas que negligenciam a pauta da inclusão escolar e social das pessoas com deficiência, ainda mais quando adultas. Conforme apontam Nogueira e Miranda (2020), a redução de recursos destinados a programas de acessibilidade e assistência social cria um cenário de precarização, no qual as necessidades desse grupo são sistematicamente ignoradas.

Outro aspecto crítico é a invisibilidade gerada pela falta de dados atualizados e de políticas específicas. A coleta de informações sobre a população com deficiência no Brasil já é limitada, e o desmonte de órgãos e iniciativas responsáveis por monitorar e implementar políticas inclusivas aprofunda essa lacuna. Sem dados precisos, torna-se inviável planejar ações efetivas, e as pessoas com deficiência permanecerão marginalizadas nos processos de formulação de políticas. Essa negligência reflete o capacitismo estrutural, que trata as demandas desse grupo como secundárias ou desimportantes.

O impacto mais visível do desmonte de políticas públicas está no cotidiano das pessoas com deficiência. A falta de acessibilidade em escolas, hospitais, transportes e espaços públicos demonstra como a retirada ou desvalorização de políticas inclusivas pode limitar a participação dessas pessoas em atividades cotidianas essenciais. No mercado de trabalho, a ausência de incentivos para contratação e adaptação de ambientes de trabalho exclui trabalhadores com deficiência, mesmo diante das cotas previstas em Lei. Na educação, cortes em programas de educação especial e a redução de apoio às iniciativas inclusivas têm dificultado o acesso à formação de profissionais e de estudantes, que sejam reconhecidamente de excelência e de qualidade.

Além disso, a conjuntura política recente tem desafiado a consolidação de direitos para as pessoas com deficiência. Governos (e as pessoas que os assumem) que priorizam agendas de austeridade econômica frequentemente sacrificam investimentos em áreas sociais, incluindo políticas inclusivas. A exclusão não ocorre apenas pela omissão do Estado, mas também por ações deliberadas que desmontam estruturas de apoio já existentes, deixando diferentes populações ainda mais vulneráveis.

Durante o percurso deste grupo de pesquisa, registramos as ausências das pessoas adultas com deficiência na universidade e nas escolas, o desemprego das pessoas com deficiência e das pessoas com transtornos psicossociais graves, as perdas de direitos essenciais, o sucateamento dos serviços públicos de educação e saúde voltados para as pessoas adultas, a precarização dos serviços prestados às comunidades periféricas e pobres. Destacamos também o desinvestimento em políticas de combate à segregação, de combate ao asilamento compulsório, de luta contra a institucionalização restritiva, contra hospícios, contrária às comunidades restritivas, aos albergues precários, à restrição de liberdade. É importante políticas públicas e diretrizes contemporâneas que sejam contrárias a quaisquer atitudes ou práticas institucionais que configurem aniquilamento da diferença, violência, discriminação e capacitismo.

Quando efetivamente a sociedade considera a pessoa com deficiência como cidadão, que possui direitos e deveres, o enfoque social de suas vidas é alterado, e passam a ser considerados também agentes de sua realidade social, o que proporciona o desenvolvimento de novas relações de convivência individual e social. Essa mudança de enfoque, no entanto, parece esbarrar, prioritariamente, em aspectos subjetivos que há muito delimitam e estigmatizam essas pessoas. A valorização dos modos de existir que desafiam a normalização e a patologização é crucial.

PROPOSTAS PARA RESISTÊNCIA A POLÍTICAS CAPACITISTAS

Resistir a políticas capacitistas demanda a promoção de uma sociedade inclusiva, pautada pela valorização da diversidade como elemento central para a cidadania plena. O capacitismo opera como uma lógica de exclusão que naturaliza a marginalização de pessoas com deficiência, reforçando estruturas de desigualdade. Para enfrentar essa realidade, é necessário engajar a sociedade civil, os movimentos sociais, promover campanhas educativas e assegurar a participação ativa das pessoas com deficiência no processo de construção de políticas públicas. O combate ao capacitismo requer abordagens interseccionais, conforme argumentado por Crenshaw (1991), que destaca a necessidade de considerar como diferentes formas de opressão interagem e moldam as experiências de indivíduos e grupos marginalizados. Essa perspectiva é vital para compreender as múltiplas dimensões das barreiras enfrentadas por pessoas com deficiência, especialmente aquelas que também sofrem racismo, sexismo ou discriminação socioeconômica.

Para enfrentar essas barreiras, é crucial investir em formações continuadas para professores e profissionais da saúde, promovendo práticas colaborativas entre os setores educacionais e de promoção da saúde, especialmente da educação especial e da saúde mental. Capacitar os profissionais para atuar de maneira integrada e empática fortalece essas interações, potencializando o apoio às pessoas com deficiência. Essas formações poderão incluir discussões sobre acessibilidade, estratégias de ensino inclusivo e abordagens de saúde mental, consolidando uma rede intersetorial que promova equidade.

A eliminação de barreiras estruturais é central para a inclusão de pessoas com deficiência. Conforme aponta Sassaki (2003), a acessibilidade deve ser entendida de forma ampla, englobando aspectos físicos, comunicacionais, atitudinais e pedagógicos. Nesse sentido, a ampliação do Atendimento Educacional Especializado (AEE) é uma ação prioritária. O AEE, fundamentado na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), busca garantir suporte especializado aos estudantes com deficiência, promovendo seu desenvolvimento acadêmico e social. Destaca-se, contudo, o agravamento do isolamento, o duplo ou triplo estigma enfrentado por estudantes com deficiência, os equívocos na avaliação pedagógica e na construção do Plano Educacional Individualizado (PEI) das pessoas adultas com deficiência. Além disso, destacamos, que a adaptação de espaços e processos escolares e de saúde é essencial para a acessibilidade curricular, arquitetônica e assistencial. Os ambientes devem ser concebidos como lugares que promovam a inclusão e a participação ativa, isso requer investimentos públicos e um compromisso político que assegure a aplicação das normativas de acessibilidade, transformando os princípios legais em práticas intersetoriais, multiprofissionais, eficientes e concretas.

CONCLUSÕES DE PESQUISA

As conclusões de pesquisa evidenciam como o capacitismo estrutural e neoliberal, está enraizado em dinâmicas históricas e políticas que perpetuam desigualdades e exclusões. Essa forma de opressão, vinculada a ideologias eugênicas do passado e intensificada por políticas neoliberais contemporâneas, têm impactos profundos sobre a inclusão social e educacional no Brasil. O desmonte de políticas inclusivas, agravado pela pandemia da COVID-19, expôs as fragilidades nas estruturas de suporte às pessoas adultas com deficiência e dos adultos com transtornos psicossociais, ampliando desigualdades preexistentes e limitando o acesso a direitos básicos.

Diante desse cenário, a adoção de soluções intersetoriais, interseccionais e contínuas surge como uma necessidade urgente. A articulação entre setores como educação, saúde, assistência social e trabalho é indispensável para superar barreiras estruturais e promover equidade. Além disso, é crucial o compromisso com os princípios dos direitos humanos, reconhecendo a equidade e a diversidade como valor central e orientador de políticas públicas. Assim, reforça-se a necessidade de uma agenda pública que enfrente o capacitismo em suas várias formas, priorizando não apenas a eliminação de barreiras externas impostas às pessoas com deficiência, mas também a construção de uma cultura de inclusão e justiça social. A erradicação do capacitismo estrutural e neoliberal no Brasil exige mais do que mudanças em resoluções, diretrizes e legislações. É fundamental transformar a cultura, promovendo uma educação anticapacitista que desnaturalize preconceitos e valorize a diversidade de modos de existir, aprender e narrar a deficiência.

Portanto, as políticas neoliberais e o desmonte de políticas públicas, reforçam a lógica do capital, da normalização, da competição, da utilidade e da exaustão nas relações e nas vidas das pessoas. Reverter esse cenário exige a priorização das pautas de acessibilidade, a ampliação de recursos para políticas inclusivas e o compromisso político de combater o capacitismo neoliberal que permeia as instituições e a sociedade brasileira. É necessário reconhecer a subjetividade que constitui as pessoas com deficiência, presente tanto nas ações sociais quanto nas individuais (Gonzalez Rey, 2003). Esse reconhecimento evidencia a relação recíproca entre o individual e o social, frequentemente obscurecida por concepções neoliberais, mecanicistas, utilitárias e deterministas das pessoas, culturas e histórias.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. *Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)*. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 7 jul. 2015.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008.
- CRENSHAW, Kimberlé. *Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color*. *Stanford Law Review*, v. 43, n. 6, p. 1241-1299, 1991.
- DINIZ, Débora. *O que é deficiência*. São Paulo: Brasiliense, 2012.
- GESSER, Marivete et al. O ensino dos estudos da deficiência: contribuições para a formação em psicologia. *Psicologia & Sociedade*, 34, e258221, 2022. Disponível em <https://www.scielo.br/j/psoc/a/LDQ7WKVjRf5NydcdrthTpmq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em out. de 2024.
- GONZÁLEZ REY, Fernando. *Sujeito e subjetividade: uma aproximação histórico-cultural*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

- GUERRA, Itxi. *Luta contra o capacitismo: anarquismo e capacitismo*. Editora Terra sem Amos: Brasil, 2021.
- MAIA, Maria Fernanda. *História da exclusão: deficiência e sociedade no Brasil imperial*. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.
- NOGUEIRA, Ana Paula; MIRANDA, Simone Gonçalves. Desafios na implementação da Lei Brasileira de Inclusão. *Revista Direito e Práticas Inclusivas*, v. 4, n. 1, 2020.
- OLIVER, Mike. *The Politics of Disablement*. London: Palgrave Macmillan, 1990.
- SASSAKI, Romeu Kazumi. *Inclusão: construindo uma sociedade para todos*. Rio de Janeiro: WVA, 2003.
- SCHOLZ, Danielle. *Alunos negros e com deficiência: uma produção social de duplo estigma*. Maringá: Viseu, 2021.

Submetido em setembro de 2025
Aprovado em dezembro de 2025

Informações das autoras

Daniele Noal-Gai
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS
E-mail: daninoal@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8027-687X>
Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3728974369628512>

Karla Fernanda Wunder da Silva
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUC/RS
E-mail: kakaiw@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8350-0726>
Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1596170884621987>